

Crise emperra a reforma

P-2
JORNAL DE BRASÍLIA

NELSON PENTEADO

24 JUL 1992

A crise política instalada no País pela onda de denúncias que envolve o Presidente e o "empresário" Paulo César Farias, mesmo que a CPI que investiga o afair não conclua pelo pedido de impeachment, deixará o governo em "palpos de aranha". A reforma fiscal, tida pelo "primeiro-ministro" Marcílio Marques Moreira como vital para o equilíbrio das contas públicas no próximo ano, corre o sério risco de não ser aprovada na presente legislatura.

Pelo menos era esse o sentimento que tomava corpo ontem entre as principais lideranças partidárias no Congresso Nacional. Para elas, nem mesmo a campanha publicitária que será desencadeada pelo Planalto para tentar explicar e convencer a opinião pública de que a reforma é necessária vai resolver o impasse. "O governo demorou muito a mandar seu projeto ao Congresso", disparou o líder do PMDB, Genebaldo Correia. Segundo o deputado baiano, quando o governo enviou sua proposta, teve a infelicidade de vê-la coincidir com as eleições municipais e o agravamento da crise política.

As mesmas preocupações também foram colocadas pelo mineiro Israel Pinheiro Filho, aliado incondicional do governador Hélio Garcia. "O assunto está na contramão", comentava o deputado no cafetinho da Câmara. "Todo mundo sabe que a reforma é necessária, mas nessa hora não passa nada no Congresso", sentenciou. O coro foi engrossado ainda pelo deputado José Serra: "O Congresso não pode parar por causa do Executivo".

A conjunção da crise política e das próximas eleições municipais torna-se, assim, o alôz das pretensões do ministro da Economia, e do próprio Presidente da

República, de ver as contas do governo pelo menos equilibradas em 93. Tanto isso é fato que ontem, depois de visitar o presidente-interino Itamar Franco, Marcílio chegou a confirmar que o Executivo, frente às dificuldades para aprovação de sua proposta, já admite que fosse votada, ainda em 92, apenas parcela da reforma, apostando na capacidade negociadora de sua equipe e na dos líderes governistas.

É nesse cenário que o "estouro" das contas públicas em 93 começa a ser desenhado. Apesar da austeridade imposta pela equipe econômica e do fato de o Tesouro ter "sentado" sobre o caixa, atrasando até o pagamento do 13º salário do funcionalismo público, a inflação que insiste em ficar acima dos 20 e a queda brutal na arrecadação prevista para este ano, de Cr\$ 3,2 trilhões, demonstram as dificuldades do governo em fechar suas contas.

O resultado desse imbróglio, afastadas as posições partidárias, pode ser terrível para o País. Desequilibradas as contas públicas, afasta-se, de vez, a possibilidade de manter o combate à inflação no campo da ortodoxia, pela necessidade de financiar o déficit com o lançamento de novos títulos e com a consequente escalada dos juros — inibidor natural do crescimento econômico.

O governo do presidente Collor tem pela frente, então, dois hercúleos desafios. Superar a crise política e equilibrar as contas públicas. Isso tudo em nome não da conquista de um lugar no primeiro mundo, como quer o Presidente da República, mas apenas e tão-somente para que o País continue a funcionar em meio às dificuldades históricas que tanto atormentam os brasileiros e assombram o mundo.